

Diário popular
24/9/84



DIÁRIO POPULAR
SÃO PAULO

Cinta Larga
Gavião R
24 SET 1984

CLR 00 147

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

Funai representará contra firma que explora madeira

PORTO VELHO — O procurador-geral da Funai, Irineu Oliveira Filho, vai entrar hoje com uma queixa-crime na Polícia Federal contra a Comercial Exportadora de Madeira Ltda. (Comex), por estar a empresa explorando, ilegalmente, várias espécies de madeira existentes na reserva indígena do Roosevelt, na divisa de Rondônia com o Mato Grosso, onde vivem os índios Cinta Larga.

INDENIZAÇÃO

A informação foi torneada pelo delegado da Funai em Rondônia, Apoema Meireles, salientando que o órgão deverá entrar, ao mesmo tempo, com uma ação na Justiça, pedindo uma indenização para os Cinta Larga, já que a exploração de madeiras de lei na área do Roosevelt vem acontecendo há muito tempo.

PORTO VELHO — A 8.ª Delegacia da Funai em Rondônia entra hoje com uma ação de esbulho possessório contra o administrador do distrito de Nova Collina, no município de Ji-Paraná, a 400 quilômetros desta capital. O administrador do distrito, Usino Caetano de Andrade, é acusado de invadir terras dos índios Arara e Gavião, na reserva indígena do Igarapé Lourdes e incentivar terceiros a que ajam da mesma maneira.

De acordo com o delegado da Funai para Rondônia, Apoema Meireles, Usino é um dos principais responsáveis pelo conflito recente entre índios e brancos naquela área, quando Araras e Gaviões fizeram 16 reféns, dez dos quais ficaram presos na aldeia Arara por mais de duas semanas.

O novo presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues, foi um dos que mais veementemente defenderam na reunião na Funai, de 27 de agosto deste ano, a portaria que pretende regulamentar o decreto que permite a mineração em áreas indígenas. A afirmação está contida em um texto enviado aos jornais pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A nota lembra que "a União das Nações Indígenas já encaminhou a arguição da inconstitucionalidade do decreto presidencial ao procurador-geral da República". De acordo com a Comissão, "pareceres antropológicos, jurídicos e políticos mostraram que seria uma iniquidade a permissão de mineração em terras indígenas". Lembra que o ex-presidente da Funai, Jurandy Fonseca, foi demitido por se recusar a assinar o decreto presidencial.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo considera o decreto que permite a mineração em áreas indígenas "genocida", afirmando que "nem os índios, nem a Nação foram consultados".

Várias entidades assinam a nota: ABA — Associação Brasileira de Antropologia; CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomani; CIMI — Conselho Indígena Missionário; OAB/SP, Comissão Teotônio Vilela e CIPI/SP — Comissão Pró-Índio São Paulo.